



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 130

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1954

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

1.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Presidente — Pereira Pinto

Vice-Presidente — Landulpho Alves

1.º Substituto — Sá Tinoco

2.º Substituto — Júlio Leite

3.º Substituto — Costa Pereira

4.º Substituto — Plínio Pompeu

5.º Substituto — Euclides Vieira

(*) Substituto pelo Senador Gomes de Oliveira.

(**) Substituto pelo Senador Nestor Massena.

(***) Substituto pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1.º Presidente — Flavio Guimarães

2.º Vice-Presidente — Cicero de Vasconcelos

3.º Substituto — Arêa Leão

4.º Substituto — Hamilton Nogueira

5.º Substituto — Levindo Coelho

6.º Substituto — Bernardes Filho

7.º Substituto — Euclides Vieira

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1.º Presidente — Ivo d'Aquino

2.º Vice-Presidente — Ismar de Góis

3.º Substituto — Alberto Pasqualini

4.º Substituto — Alvaro Adolfo

5.º Substituto — Apolônio Sales

6.º Substituto — Carlos Lindenberg

7.º Substituto — Cesar Vergueiro

8.º Substituto — Domingos Velasco

9.º Substituto — Durval Cruz

10.º Substituto — Euclides Vieira

11.º Substituto — Ferreira de Souza

12.º Substituto — Mathias Olympio

13.º Substituto — Pinto Aleixo

14.º Substituto — Plínio Pompeu

15.º Substituto — Veloso Borges

16.º Substituto — Vitorino Freire

17.º Substituto — Walter Franco

(*) Substituto pelo Sen. Espiridão de Farias.

(**) Substituto pelo Sen. Nestor Massena.

(***) Substituto pelo Sen. Martiniano Fernandes.

(****) Substituto pelo Sen. Costa Paranhos.

(*****) Substituto pelo Senador Alencastro Guimarães.

(***** Substituto pelo Senador Thomaz Rodrigues.

(***** Substituto pelo Senador Antônio Bayma.

(***** Substituto pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Evandro Vianna

Diretor de Orçamento —

Reuniões — As quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Presidente — Dario Cardoso

Vice-Presidente — Aloysio de Carvalho

1.º Substituto — Anísio Jobim

2.º Substituto — Atílio Vivacqua

3.º Substituto — Camilo Mercio

4.º Substituto — Ferreira de Souza

5.º Substituto — Flavio Guimarães

6.º Substituto — Gomes de Oliveira

7.º Substituto — Joaquim Pires

8.º Substituto — Luiz Tinoco

9.º Substituto — Olavo Oliveira

(*) Substituto pelo Senador Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca

Auxiliar — Martha Pinto Amado

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1.º Presidente — Gomes de Oliveira

2.º Vice-Presidente — Luis Tinoco

3.º Substituto — Hamilton Nogueira

4.º Substituto — Rui Carneiro

5.º Substituto — Othon Mader

6.º Substituto — Kerginaldo Cavalcanti

7.º Substituto — Cicero de Vasconcelos

Secretário — Pedro de Carvalho Müller

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti

Reuniões — As segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1.º Presidente — Georgino Avelino

2.º Vice-Presidente — Hamilton Nogueira

3.º Substituto — Novaes Filho

4.º Substituto — Bernardes Filho

5.º Substituto — Djair Brindeiro

6.º Substituto — Mathias Olympio

7.º Substituto — Assis Chateaubriand

8.º Substituto — João Villasboas

(*) Substituto, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.

Secretário — J. B. Castejon Branco

Reuniões — As segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1.º Presidente — Joaquim Pires

2.º Vice-Presidente — Waldemar Pedrosa

3.º Substituto — Aloysio de Carvalho

4.º Substituto — Carvalho Guimarães

5.º Substituto — Costa Pereira

Secretário — Cecília de Rezende Martins

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão

Reuniões — As quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Presidente — Levindo Coelho

Vice-Presidente — Alfredo Simch

1.º Substituto — Prisco dos Santos

2.º Substituto — Vivaldo Lima

3.º Substituto — Durval Cruz

Secretário — Aurea de Barrôs Rêgo

Reuniões — As quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1.º Presidente — Prisco dos Santos

2.º Vice-Presidente — Luiz Tinoco

3.º Substituto — Nestor Massena

4.º Substituto — Vivaldo Lima

5.º Substituto — Djair Brindeiro

6.º Substituto — Mozart Lago

7.º Substituto — Júlio Leite

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos

Reuniões — As quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Presidente — Euclides Vieira

Vice-Presidente — Onofre Gomes

Secretário — Alencastro Guimarães

Reuniões — As quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1.º Presidente — Pinto Aleixo

2.º Vice-Presidente — Onofre Gomes

3.º Substituto — Magalhães Barata

4.º Substituto — Ismar de Góis

5.º Substituto — Sívio Curvo

6.º Substituto — Walter Franco

7.º Substituto — Roberto Glasser

Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro

Reuniões — As segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Presidente — Aloysio de Carvalho

1.º Substituto — Dario Cardoso

2.º Substituto — Francisco Galotti

3.º Substituto — Camilo Mercio

4.º Substituto — Carlos Lindenberg

5.º Substituto — Antônio Bayma

6.º Substituto — Bernardes Filho

7.º Substituto — Marcondes Filho

8.º Substituto — Olavo Oliveira

9.º Substituto — Domingos Velasco

10.º Substituto — João Villasboas

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Presidente — Luiz Tinoco

Vice-Presidente e Relator Geral — Gomes de Oliveira

1.º Substituto — Othon Mader

2.º Substituto — Rui Carneiro

3.º Substituto — Kerginaldo Cavalcanti

Secretário — Italina Cruz Alves

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*.
Mozart Lago — *Vice-Presidente*.
Júlio Leite.
Landolpho Alves.
Mario Motta
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — *Presidente*.
Attilio Vivacqua — *Vice-Presidente*.
Dario Cardoso — *Relator*.
Secretário — José da Silva Lisboa
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti
Reuniões as sextas-feiras, às 11 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.
Alvaro Adolpho — *Vice-Presidente*.
João Villasbôas
Gomes de Oliveira.
Attilio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Cões — *Presidente*
2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Novaes Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.
2 — Ivo d'Aquino
3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral* (1.º)
4 — Attilio Vivacqua.
5 — Victorino Freire
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.
2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.
3 — Anísio Jobim.
4 — Attilio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flávio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago
13 — Hamilton Nogueira
14 — Guilherme Malaquias.
15 — Nestor Massenz.
16 — Francisco Porto.

Secretário — Glória Fernandina Quintela.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.
2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mäder.
5 — Ruy Carneiro.

Secretário — Itallina Cruz Alves.

Atas das Comissões**Comissão de Transportes,****Comunicações e Obras Públicas,**

28 DE JULHO DE 1954

Aos vinte e oito dias do mês de julho de 1954, às 15,00 horas, reuniu-se, na Sala de Leitura, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Euclides Vieira estando presentes todos os seus membros.

É lida e aprovada, sem alterações, a ata da reunião anterior.

O Sr. Senador Antônio Bayma, Relator do Projeto de Lei da Câmara n.º 99, de 1952, que altera o art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, (que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações) apresenta seu parecer que é aprovado pela Comissão manifestando-se contrário ao Projeto como veio da Câmara dos Deputados e favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Francisco Soares Arruda, Secretário lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Estão sobre a Mesa para recebimento de emendas no dia 4 de Agosto

1) — Projeto de Resolução n.º 31, de 1954, que dispõe sobre a votação de proposição considerada em parecer parcialmente inconstitucional.
2) — Projeto de Resolução n.º 42, de 1954, que prevê a solicitação de informações ao Conselho Nacional de Economia.

96.ª SESSÃO EM 4 DE AGOSTO DE 1954**Oradores inscritos para o Expediente**

1.º — Senador Costa Paranhos.
2.º — Senador Mozart Lago.
3.º — Senador Ezequias da Rocha.
4.º — Senador Onofre Gomes.
5.º — Senador Kerginaldo Cavalcanti.

ATA DA 95.ª SESSÃO EM 3 DE AGOSTO DE 1954**PRESIDÊNCIA DOS SENHORES GAFÉ FILHO E MARCONDES FILHO**

As 1420 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Alvaro Adolpho — Antonio Bayma — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Tomaz Rodrigues — Djaló Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidião de Farias — Júlio Leite — Aloysio de Carvalho — Attilio Vivacqua — Alfredo Neres — Alencastro Guimarães — Camillo Nogueira — Bernardino Filho — Nestor Massenz — Leônido Coelho — Marcondes Filho — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa

Peretra — Silvio Curvo — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Ivo d'Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio (31).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 31 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 3.º SECRETARIO:

(Servindo de 2.º), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETARIO

Lê o seguinte:

Expediente

Offícios:

— Da Câmara dos Deputados, sob n.º 1.208, encaminhando autógrafos do seguinte

Projeto de Lei da Câmara n.º 167, de 1954

(2.344-B-52, da Câmara)

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para um órgão destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para o órgão encomendado à Fábrica Bambieri — Vegezzi Bossi, de Milão, na Itália marca G. P., destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Copacabana, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

— Do Sr. Ministro do Trabalho, encaminhando as seguintes

INFORMAÇÕES

Em 29 de julho de 1954
Sr. Secretário.

Em atenção ao Ofício n.º C.F. 12, de 20 de abril último da Comissão de Finanças, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., em anexo, as informações prestadas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, com referência ao Projeto de Lei da Câmara n.º 108, de 1953, que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais, a Maria de Lourdes Melo da Silva Lima, viúva do engenheiro Reinaldo Soares da Silva Lima, ex-chefe do 4.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Hugo de Araújo Faria, Ministro Interino.

A Comissão de Finanças, onde se encontra o projeto.

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
M. T. I. C. — 144.405

Sr. Chefe,

Informo-vos que, conforme ficha de controle existente nesta Seção, consta como beneficiária do ex-servidor Reinaldo Soares da Silva Lima matrícula 372.673, falecido em 25 de fevereiro de 1950 a Sra. Maria de Lourdes, que vem recebendo suas pensões

por nossa Delegacia da Bahia desde março de 1950, no valor atual abaixo discriminado:

D.L.	Instr.	Lei	Conver-
3.347	61-48	1.938	são
Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1.002,20	300,70	501,10	16,30

Total: Cr\$ 1.820,30

P. C. P. — 10-5-54

Sr. Chefe dos P. D. A.:

Em atenção aos intems de fls. 2, p.sso a informar o seguinte, tendo em vista o acima exposto:

a) sim
b) A Sra. Maria de Lourdes, na qualidade de viúva do contribuinte Reinaldo Soares da Silva, desde março de 1950 vem recebendo pensão deste Instituto, tendo sido aumentada a mesma nos termos da Lei n.º 1.938-53 em Cr\$ 501,10 mensais.

D. P. C. — Em 15 de junho de 1954.

Senhor Presidente,

Respondendo à consulta de fls. 2, cabe-me informar que a viúva do ex-segurado Reinaldo Soares da Silva paga uma pensão mensal de Cr\$ 1.820,30.

D. P. — Em 19 de junho de 1954

— Tercio Queiroz, Diretor substituto
— De 2 do mês em curso, do Secretário da Presidência da República, restituindo os autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-feriênciade, visto não se haver o Sr. Presidente da República manifestado sobre a matéria no prazo constitucional.

A Promulgação.

— da Câmara Municipal de Marília, São Paulo, encaminhando cópia do requerimento, aprovado por aquela Casa, em que o vereador J. Coriolano de Carvalho se manifesta contra a exportação de mudas de cafeeiros para o Paraguai;

— do Centro Rural de Querência do Norte, Paraná, expressando a sua solidariedade ao projeto de lei, apresentado pelo Sr. Senador Alberto Pasqualini, que cria o Banco Central do Brasil;

— do Conselho Regional de Economistas Profissionais, encarecendo a necessidade de que o ingresso na carreira de Inspectores de Previdência seja condicionado à apresentação prévia, pelo candidato, de diploma de curso superior de Ciências Econômicas ou de título de habilitação passado pelo mesmo Conselho;

— do Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, emitendo cópia do ofício enviado por aquela casa à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, sobre o funcionamento de casa de travagem no antigo Sanatório de Tuberculosos de "Canavial", em Cordeiros;

— do 1.º Secretário da Campanha Pró Monumento às Mães em Juiz de Fora, Minas Gerais, comunicando o início da mesma campanha;

— do Diretor Geral de Serviço Militar, do Ministério da Guerra, remetendo um exemplar do Plano Geral de Convocação para o ano de 1955;

— das Câmaras Municipais de Recife (Pernambuco), Cosmópolis (São Paulo) e Petrópolis (Rio de Janeiro), formulando apelos no sentido da rápida aprovação do projeto de lei que regula a aposentadoria ordinária dos trabalhadores com salário integral;

— da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, encarecendo a necessidade de ser rapidamente com efeito em lei projeto que determina a suplementação dos vencimentos de magistério em todo o território nacional;

— da Câmara Municipal de São Leopoldo, R. G. Sul (2), comunicando haver deliberado autorizar a eman-

ciação dos distritos de Joaneta, Iveti (parte), Esteio e Sapiranga, pertencentes aquele Município;

— da Associação Comercial de Minas Gerais, encaminhando estudo sobre a regulamentação da profissão dos empregados viajantes;

— das seguintes entidades, formulando apelos no sentido de ser solucionado o problema de salário mínimo: Assembléia Legislativa de São Paulo e Câmara Municipal de Campinas;

— da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, encarecendo a necessidade de ser abreviada a tramitação do projeto de lei que tem por fim limitar o "quantum" das indenizações devidas pelos transportadores em casos de responsabilidade civil;

Das Cmaras Municipais de Garça, Indians, Est ncia de Águas de Prata e Santa Rita do Passa Quatro, formulando apêos no sentido de ser suprimida a "taxa de barreira" entre São Paulo e Paraná;

Da Câmara Municipal de Santos, encarecendo a necessidade de serem adotadas medidas adequadas a evitar o constante e absurdo aumento de preço dos gêneros alimentícios;

Da Assembléia Legislativa do Pará, solicitando seja consignada no Congresso para 1955 a verba de Cr\$ 2.000.000,00, para ser distribuída em favor dos Círculos Operários que menciona;

Da Câmara Municipal de Pelotas, R. G. Sul, solicitando sejam, no Orçamento para 1955, destinadas verbas especiais para a ampliação do Sanatório Belém e para a construção e aparelhagem de novos hospitais para tratamento de tuberculosos, naquela cidade;

Do Sindicato das Trabalhadoras em Empresas Ferroviárias de São Paulo, manifestando-se contra o artigo 32 do Projeto de Lei Eleitoral de Emergência;

Telegramas:

Do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, comunicando haver aquela Casa aprovado voto de registro pela nomeação do Senhor Senador Antônio Sales para o cargo de Ministro da Agricultura;

Da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, pedindo a aprovação do projeto que concede imunidades aos vereadores;

Da Câmara Municipal de Porto Alegre, R. G. Sul, pedindo a elaboração de uma lei que limite os alugueis de casa pagos pelos trabalhadores aos Institutos de Previdência, de maneira a não excederem dez por cento dos seus salários;

Da Câmara de Vereadores de Livramento, R. G. Sul, manifestando-se contra o projeto de lei que prevê a extinção do SESI, SENAI e S. C.;

Das seguintes entidades, pleiteando o congelamento dos preços: Círculo Operário Catolense (Cruz Alta, R. G. Sul), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Comércio e Terceiragem de Sorocaba (S. Paulo), Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí (R. G. Sul) e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, de Novo Hamburgo (R. G. Sul);

Da Câmara de Vereadores de Livramento, R. G. Sul, pleiteando a aprovação do plano de Colonização do Silecan;

Da Câmara de Vereadores de Rio de Janeiro, R. G. Sul, encarecendo a necessidade de ser paga a dívida da União para com as instituições de previdência social;

Do Conselho das Associações Filadélficas da Associação Comercial de São Paulo, pleiteando o rápido to do Projeto de Lei da Câmara número 361, de 1953, que cria Coletorias Federais em várias cidades.

São lidos e vão a imprimir os seguintes

Pareceres

Parecer n.º 581, de 1954

Da Comissão de Redação.

Redação final da emenda do Senado ao Projeto do Decreto Legislativo n.º 13, de 1953.

Relator: Sr. Oloysio de Carvalho.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) da emenda do Senado que aprova o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, e completa texto do projeto que a referida emenda omitira.

Sala da Comissão de Redação, em 28 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Waldemar Pedrosa, — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 581-54

Redação Final da Emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenil Raimunda Arlinda Nogueira. Ao Projeto:

Substitua-se pelo seguinte:

"Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenil Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Parecer n.º 582, de 1954

Da Comissão de Redação.

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1954.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Lei n.º 22, de 1954, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação, em 28 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Aloysio de Carvalho, — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 582-54

Redação Final do Projeto de Lei do Senado n.º 22 de 1954, que dispõe sobre o Vice-Presidente da República, eleito Senador ou Deputado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Vice-Presidente da República, eleito para o Congresso Nacional (Constituição, art. 139, números I, letra a, in fine, e IV) perderá o lugar, no ato da posse, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados (Constituição, art. 36, e respectivo § 1.º).

Art. 2.º O Vice-Presidente da República, que substituir ou suceder ao Presidente da República, depois de eleito para exercer mandato legislativo (Constituição arts. 36, § 1.º e 139) e o que, nas mesmas condições não comparecer por mais de 4 (quatro) meses consecutivos a contar da data da instalação da legislatura, será considerado como renunciante ao cargo de Senador ou Deputado (Constituição, art. 43, § 1.º).

perderá o direito ao referido mandato. Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 583, de 1954

Da Comissão de Redação.

Redação para 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado número 8, de 1953.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

A Comissão apresenta a redação para 2.ª discussão (fl. anexa) do Projeto de Lei n.º 8, de 1953, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação, em 28 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Waldemar Pedrosa, — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 585-54

Redação para 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado número 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Nos navios de cabotagem entre os portos do extremo norte e o do nordeste, terão prioridade para embarque as madeiras denominadas "pau de jangada", "balsa", "jangadeira" e "embora branca" (Afeiba ymbalanea, do gênero das tiliáceas), destinadas à construção de jangadas.

2.º A prioridade a que se refere este artigo será concedida até o máximo de 30% (trinta por cento) da carga do navio.

3.º As madeiras a que se refere este artigo só poderão ser empregadas na construção de jangadas.

4.º A infração do disposto no parágrafo anterior importará em multa variável entre o mínimo de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e o máximo de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), imposta ao infrator pela fiscalização da Capitania dos Portos do Estado onde se der a infração.

5.º No caso de reincidência, a multa será paga em dobro e apreendida a madeira cujo emprego estiver sendo desvirtuado.

Art. 20. As madeiras mencionadas no art. 1.º gozarão do abatimento de 50% (cinquenta por cento), de frete, nos navios do Patrimônio Nacional e nos de empresas que participem de obras financeiras da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 584, de 1954

Da Comissão de Redação.

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 359, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) da emenda do Senado ao Projeto de Lei número 359, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 28 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Aloysio de Carvalho, — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 584-54

Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis números 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da Força Expedicionária Brasileira.

Art. 9.º (Emenda resultante do Projeto de Lei n.º 337, de 1954). Suprima-se este artigo e seu parágrafo único.

COMPARCEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima — Prisco dos Santos — Kerginaldo Cav. — Ferreira de Souza — Ruy C. — Velloso Borges — Novais Filho — Durval Cruz — Pereira Pinto — Mozart Lago — Rocha Dias — Othon Mäder — (2).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Magalhães Barata — Victorino Freire — Arêa Leão — Mathias Olympio — Olavo Oliveira — Georgino Aveila — Assis Chateaubriand — Marcelliano Fernandes — Walter Franco — Landulpho Alves — Pinto Aleixo — Carlos Lindemberg — Luiz Tinoco — Sá Tinoco — Cesar Vergueiro — Euclydes Vieira — Vespasiano Marins — Gomes de Oliveira — Alberto Pasqualini — (19).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto que vai ser lido.

É lido, apoiado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça, Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças o seguinte:

Projeto de Lei do Senado n.º 64, de 1954

Inclui, no Plano Rodoviário Nacional, a ligação de cidades do Estado do Espírito Santo.

Art. 1.º Ficam incluídas no Plano Rodoviário Nacional:

a) a ligação da cidade de Afonso Cláudio, no Estado do Espírito Santo, com a BR 31, no Município de Castelo, no mesmo Estado;

b) a ligação da Cidade de Alegre com a estrada federal Bom Jesus do Norte — Cidade de Guaçu (artigo 2.º da Lei n.º 2 227, de 14 de maio de 1954), na cidade de São José do Calçado, e passando pelo distrito de Café, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º É aberto o crédito de Cr\$ 1.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para a execução desta lei, o qual será distribuído ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Justificação

As estradas de que trata o projeto, incluem-se, necessariamente, por sua finalidade, no sistema rodoviário federal e visam atender às ricas e prosperas regiões do sul do Espírito Santo, com relevantes funções na economia nacional.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 1954 — Atílio Vivacqua. — Luiz Tinoco.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa outro Projeto de lei: (Pausa).

É lido, apoiado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça, Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças o seguinte:

Projeto de Lei do Senado n.º 65, de 1954

Dispõe sobre a cooperação da União com o Município de Alegre, do Estado do Espírito Santo, para construção do Campo de Aviação de Alegre, compreendendo a pavimentação de pista e equipamento para serviço de proteção de vôo.

Art. 1.º A União cooperará, na execução desta lei, com o Município de Alegre, do Estado do Espírito Santo, para construção do Campo de Aviação de Alegre, compreendendo a

pavimentação de pista e equipamento para serviço de proteção de vôo.

Art. 2.º A cooperação de que trata esta lei, consistirá em contribuição financeira; empréstimo de máquinas; além de outras modalidades de auxílios adequados ao cumprimento desta lei.

Art. 3.º O Município obriga-se a subvencionar a instalação e manutenção do aeroclube local.

Art. 4.º Para a execução desta lei fica aberto, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Justificação

O Município de Alegre é um dos mais importantes e populosos centros da vida econômica do Espírito Santo, com base na cafeicultura, na pecuária, na cultura do algodão e em outras atividades agrícolas.

Além disto, é dotado de valioso potencial hidro-elétrico e de apreciável riqueza mineral. Sua formosa sede, a cidade de Alegre, é uma síntese da vitalidade e do desenvolvimento de uma vasta e progressista região, exercendo também uma função de ponto chave de vias de comunicações estaduais e de interligação com os Estados do Rio e Minas Gerais.

O dinâmico e esclarecido Prefeito Municipal, José Rodrigues de Oliveira, ao lado de suas já beneméritas realizações, tomou a iniciativa da construção de um Campo de Aviação local, tão necessário, quanto reclamado pela população. Esse novo serviço aéreo permitirá contactos rápidos com Vitória, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, servirá não só ao Espírito Santo, como os demais outros Estados. A modesta colaboração da União será apenas uma insignificante parcela de retribuição desta às enormes rendas federais auferidas no Município de Alegre.

Cabe-os, finalmente, assinalar que o lugar escolhido para esse aeródromo, oferece vantajosas condições técnicas já verificadas pelas autoridades competentes.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 1954 — Atílio Vivacqua. — Luiz Tinoco.

O SR. PRESIDENTE:

Continúa a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Ezequias da Rocha, primeiro orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA, PRONUNCIA DISCURSO QUE SERA PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Ezequias da Rocha, o Sr. Marcones Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Pelo nobre Senador Onofre Gomes foi enviado à Mesa um requerimento. (Pausa).

É lido e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 407, de 1954

Requeiro, nos termos do Regimento interno, dispensa de interstício e de publicação, a fim de que a redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 359-53, seja votada imediatamente. Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1954. — Onofre Gomes.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o voto do Plenário, ponho em discussão a redação final de que trata o requerimento aprovado e lida no expediente.

Nenhum Sr. Senador usando da palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, constante do Parecer n.º 584, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

De conformidade com o disposto no art. 39, § 1.º, designo o Sr. Senador Silvio Curvo para acompanhar na Câmara dos Deputados o estudo da emenda do Senado cuja redação final acaba de ser aprovada, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 319, de 1953. (Pausa)

Vai ser lida uma comunicação enviada à Mesa.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente.

Achanou-se ausente desta capital o Sr. Senador Carlos Lindemberg solicitando se digne Vossa Excelência de designar-lhe substituto temporário na Comissão de Finanças na forma do disposto no art. 39 § 2.º do Regimento interno.

Atenciosas saudações. Ivo D'Aquino

O SR. PRESIDENTE:

Atendendo à solicitação do nobre Senador Ivo D'Aquino, designo o Senhor Senador Cicero de Vasconcelos. (Pausa).

De conformidade com o disposto na Resolução n.º 23, de 1954, publicada em 31 de julho findo, cumpre à Mesa fazer a designação dos Srs. Senadores que deverão representar o Senado na Conferência da União Interparlamentar, a reunir-se proximamente em Viena.

Até o presente momento apenas a Mesa recebeu a indicação do candidato do Partido Social Democrático, Sr. Senador Djair Brindeiro.

Após designar Sua Excelência para a referida delegação, a Mesa solicita dos Srs. líderes o envio da, após os necessários entendimentos, lhe encaminharem os dois nomes que deverão integrar a delegação, como representantes dos demais partidos com assento nesta Casa.

Está esgotada a prorrogação da hora do expediente.

A Ordem do Dia é Trabalho das Comissões.

Vou, por isso, encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA**TRABALHO DAS COMISSÕES**

Encerra-se a sessão às 16 horas.

Resenha dos discursos pronunciados pelos Srs. Senadores**NO MES DE JULHO****Alencastro Guimarães:**

Em 6 comenta informações que lhe foram transmitidas pela Cia. Nacional de Alcañis, em atenção a requerimento de sua autoria.

Em 12 faz críticas à administração financeira do País.

Em 16 faz críticas à administração municipal.

Em 20 fala a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 23-51, plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Litoral Brasileiro.

Em 23 focaliza o problema de transporte no Brasil e suas consequências sobre o intercâmbio comercial.

Alfredo Neves:

Em 2 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 2 (noturna) continua encaminhando votação de emendas ao Projeto dos Médicos. Na mesma sessão, emite parecer verbal, em nome da Comissão Diretora, a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52. (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 continua encaminhando votação de emendas ao Projeto de Resolução n.º 6-52.

Em 7 levanta questão de ordem a respeito do mesmo Projeto.

Em 16 discorre sobre os efeitos da seca na lavoura fluminense. Na mesma sessão, dá parecer verbal, em nome da Comissão Diretora, a respeito do Projeto de Resolução n.º 27-53 (autoriza a ida de Senadores ao Conselho Anual da União Interparlamentar).

Em 19 encaminha a votação do destaque ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 (reajusta aposentadoria e pensões dos bancários).

Em 20 transmite impressões de recente viagem feita ao Estado do Paraná.

Em 21, para explicação pessoal, fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 37-54, que trata de sua aposentadoria.

Em 23 focaliza problemas da produção agrícola.

Alfredo Simch:

Em 20 lê editorial do vespertino local "O Globo" sobre a política do Rio Grande do Sul.

Aloysio de Carvalho:

Em 23 encaminha a votação do Requerimento n.º 374-54, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 130-54 (modifica lei que dispõe sobre o pagamento de dívidas dos criadores de gado bovino).

Em 21 encaminha a votação do Requerimento n.º 375-54, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 153, de 1954 (crédito para despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia). Na mesma sessão fala sobre o Projeto de Lei da Câmara número 53-54 (crédito para pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar).

Em 23 (noturna) fala a respeito do Requerimento n.º 21-54, que solicita seja consignado em ata um voto de regosio ao Governo dos Estados Unidos, pelo lançamento ao mar do primeiro submarino acionado a força atômica. Na mesma sessão fala sobre o Requerimento n.º 200-54, que pede inscrição em ata de um voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu.

Em 26 fala a respeito da redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 130-54.

Alvaro Adolpho:

Em 26 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1952 (que reajusta dívidas dos seringueiros financiados pelo Banco de Crédito da Borracha).

Assis Chateaubriand

Em 19 envia à Mesa um requerimento de urgência de sua autoria, para a criação de uma comissão de estudo sobre o problema de transporte no Brasil e suas consequências sobre o intercâmbio comercial.

Atílio Vivacqua:

Em 7 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 associa-se em nome do Partido Republicano às manifestações de pesar pelo falecimento do Dr. Pedro de Costa Melo, Diretor do Correio da Manhã. Na mesma sessão encaminha

votação de emendas ao Projeto de Resolução n.º 6-52.

Em 8 faz declaração de voto a respeito do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, por ocasião de sua rejeição.

Em 9 refere-se a memorial que recebeu, sobre assuntos de mineração e de lapidação.

Em 30 justifica Projeto de Lei de sua autoria que regula o Plano de Valorização Econômica do Vale do Piranguê-Assu e do aproveitamento do porto de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo.

Bernardes Filho:

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 30 congratula-se com a imprensa pelo aniversário do vespertino local "O Globo", tendo, ainda, lançado seu protesto contra a decisão da COPAP em relação ao preço do açúcar.

Carlos Lindenberg:

Em 21 encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado n.º 11-53 (estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga).

Costa Paranhos:

Em 7 refere-se ao aniversário do jornal "O Popular", congratulando-se com a sua direção.

Em 15 (noturna) transmite impressões de recente visita feita ao Estado do Paraná.

Em 16 refere-se a violências policiais em Goiás.

Em 20 refere-se ao pagamento das cotas do Imposto de Renda devidas aos municípios.

Em 21 renova apelo aos presidentes do C.N.P. e da Petrobras, no sentido de que se realizem estudos e pesquisas para a exploração de petróleo em Goiás.

Em 22 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 1-54 (contribuição para o montepio militar). Na mesma sessão dá ainda parecer verbal, pela mesma Comissão, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 105-54 (regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União).

Em 23 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954 (forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino).

Em 26 faz o necrológico do Major Alberto Carneiro da Cunha Nobrega, Sub-Diretor da Estrada de Ferro Goiás, recentemente falecido naquele Estado.

Em 27 comenta artigo publicado no jornal "O Globo" sobre a construção do edifício-sede do Senado Federal.

Em 30 congratula-se com a imprensa pelo aniversário do vespertino local "O Globo", protestando, mais adiante, contra a decisão da COPAP em relação ao preço do açúcar.

Dário Cardoso:

Em 2 faz referências a discurso pronunciado na véspera pelo Sr. Senador Francisco Gallotti em homenagem ao ex-Senador por São Paulo, Senhor Rodolfo Miranda.

Em 2 (noturna) fala a respeito de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 5 fala a respeito de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 8 levanta questão de ordem a respeito de emenda ao Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 9 responde a críticas feitas pelo Sr. Bernardes Filho ao Sr. Presidente da República.

Em 12 manifesta pesar pelo falecimento do Dr. Cirino de Araújo.

Em 13 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53 (projeto dos sargentos).

Em 14, sobre a Ata faz um reparo a respeito de declaração feita pelo Senador Bernardes Filho com relação a discurso seu.

Em 15 (noturna) encaminha votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 51,

de 1952 (Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha).

Em 16 focaliza questões da economia cafeeira de Goiás.

Durval Cruz:

Em 5 fala a respeito de emendas ao Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 continua encaminhando votação de emendas ao mesmo Projeto.

Esperidião de Farias:

Em 6 associa-se, em nome do seu Estado, às manifestações de pesar emitidas por esta Casa pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, Diretor do "Correio da Manhã".

Euclydes Vieira:

Em 2 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Ezequias da Rocha:

Em 21 expõe seu ponto de vista sobre o acordo ortográfico entre o Brasil e Portugal, de que trata projeto de lei em curso no Senado.

Em 26 tece considerações a respeito das ocorrências que se vêm verificando na Ásia Meridional.

Ferreira de Souza:

Em 8 faz declaração de voto a respeito do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, (carreira de Oficial Legislativo do Senado), por ocasião da rejeição do mesmo.

Em 9 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53 (projeto dos sargentos). Na mesma sessão fala sobre o Requerimento n.º 338-54, que pede inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 20-51 (que altera a carreira de Oficial Administrativo do Q. S. do Ministério da Fazenda).

Em 15 (noturna) encaminha a votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 51-52 (Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha).

Em 22 fala sobre emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 105-54 (que regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União).

Flávio Guimarães:

Em 7 focaliza a crise da indústria madeireira.

Em 12 anula projeto de lei apresentado pelo Sen. Marcondes Filho, relativo à criação da disciplina de pós-graduação no ensino médico.

Em 13 expõe seu ponto de vista a respeito do acordo ortográfico de que trata projeto de lei em curso no Senado.

Em 14 ocupa-se ainda do acordo ortográfico de que trata projeto de lei mencionado.

Em 15 (noturna) encaminha a votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41-52 (Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha).

Em 23 (noturna) encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado número 2-54 (extinção de bolsas de cátedra intelectual de brasileiros).

Em 26 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 17-54 (disposição sobre a contribuição para o montepio militar).

Francisco Gallotti:

Em 2 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 21 encaminha a votação do Requerimento n.º 375-54, de criação para o Projeto de Lei da Câmara número 154-54 (crédito para despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia). Na mesma sessão encaminha a votação do Projeto de Resolução número 37, de 1954, (aposentadoria do Sr. Alfredo Neves).

Gorgino Aquilino:

Em 6 associa-se, em nome do P.D., às manifestações de pesar pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, Diretor do "Correio da Manhã".

Em 16 expõe considerações sobre a indústria cafeeira.

Guaraci de Oliveira:

Em 2 tece considerações em torno do acordo ortográfico de que trata projeto de lei para os trabalhadores.

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 12 reafirma seu ponto de vista sobre a competência do Poder Executivo para a fixação do salário mínimo.

Em 15 (noturna) fala a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 42-54 (fixação do salário mínimo).

Em 19 emite parecer verbal, em nome das Comissões de Justiça e de Legislação Social a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 (reajusta aposentadoria dos bancários); mais adiante, faz declaração de voto a respeito do mesmo Projeto. E na mesma sessão encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 42-54 (fixação do salário mínimo).

Em 20 continua encaminhando a votação de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 42-54.

Em 21 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 53-54 (crédito para pagamento de gratificações a professores civis do Magistério Militar). Na mesma sessão, faz retificações à publicação de um discurso que proferiu na sessão anterior, quando da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42-54.

Hamilton Nogueira:

Em 2 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 2 (noturna) faz declaração de voto a respeito do Projeto dos Médicos.

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 associa-se em nome da UDN, às manifestações de pesar pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, Diretor do "Correio da Manhã". Na mesma sessão encaminha votação de emendas ao Projeto de Resolução número 6-52.

Em 7 saudamos os parlamentares britânicos, ora em visita ao Senado Federal. Na mesma sessão, desenvolve considerações sobre a execução de lei referente a gratificações de chefia no serviço público.

Em 13 tece considerações em torno das conclusões da última Conferência dos Chanceleres, realizada em Caracas, quanto à violação que deve ser exigida em relação ao comunismo.

Em 14 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 42-54 (extinção de pensões dos bancários).

Em 15 (noturna) manifesta pesar pelo falecimento do Professor Aníbal Costa. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Sargentos.

Em 16 louva atitude do advogado Heráclito Sobral Pinto em carta ao Sr. Deputado Lútero Vargas.

Em 22 refere-se a homenagem prestada pela República Popular do Bolívia ao nome da capital de São Paulo, Ivo d'Aquino.

Em 2 (noturna) fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 14 emite parecer verbal em nome da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 (reajusta aposentadoria e pensões dos bancários).

Em 15 (noturna) emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 120-54 (crédito para reconstrução da barragem de Pampulha).

Em 16 dá parecer verbal em nome da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953 (regula a participação do Senado à Conferência Anual da União Interparlamentar).

Em 19 emite parecer verbal em nome da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 42-54 (extinção de pensões dos bancários).

Em 19 emite parecer verbal em nome da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 42-54 (extinção de pensões dos bancários).

Em 20 encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 42-54 (fixação do salário mínimo).

Em 21 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 53-54 (modifica artigo da Consolidação das Leis do Trabalho).

Em 23 fala sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 (reajusta aposentadoria e pensões dos bancários).

Em 15 (noturna) levanta questão de ordem quanto ao número existente no recinto para início das votações. Na mesma sessão encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado

n.º 42-54 (fixação do salário mínimo) (DCN. 21-7-54).

Em 21 dá parecer, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 359 de 1953 (dispõe sobre a execução de decretos-leis que concedem vantagens a militares da FEB).

Em 23 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 130-54 (forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino).

Na mesma sessão dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 319-51 (altera artigos e parágrafos da Lei que regula o repouso semanal remunerado). Ainda nesta sessão dá parecer verbal, pela Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 3-54 (cria Juntas de Conciliação e Julgamento em São Paulo e Pernambuco).

Joaquim Pires:

Em 2 (noturna) fala a respeito do Projeto dos Médicos.

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 encaminha a votação de emendas ao Projeto de Resolução número 6-52.

Em 7 fala a respeito da questão de ordem levantada pelo Senador Alfredo Neves sobre o Projeto de Resolução n.º 6-52.

Em 8 faz declaração de voto a respeito do Projeto de Resolução número 6-52, por ocasião da rejeição do Projeto.

Em 12 refere-se ao financiamento da cera de carnaúba.

Levindo Joelho:

Em 7 comunica ao Senado o seu desejo de encerrar suas atividades políticas por ocasião do término de seu mandato de Senador.

Marcondes Filho:

Em 6 associa-se, em nome do P. T. B., às manifestações de pesar pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, Diretor do "Correio da Manhã".

Em 20 dá conhecimento ao Senado de manifestações de apelo que recebeu, por motivo da apresentação do Projeto de sua autoria, instituindo a cadeira de medicina psico-somática.

Mozart Lago:

Em 2 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 2 (noturna) continua falando sobre o Projeto dos Médicos.

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 encaminha votação do Requerimento n.º 356-54 que pede voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, Diretor do "Correio da Manhã". Na mesma sessão, encaminha votação de emendas ao Projeto de Resolução número 6-52.

Em 7 põe em relevo as conquistas da mulher brasileira na literatura.

Em 9 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53 (projeto dos sargentos). Na mesma sessão, encaminha votação do Requerimento n.º 335-54, pedindo urgência para o Projeto de Lei do Senado n.º 42-54 (fixação do salário mínimo).

Em 12 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 53-54 (modifica artigo da Consolidação das Leis do Trabalho).

Em 13 fala a respeito do Projeto dos Sargentos.

Em 14 fala sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 (reajusta aposentadoria e pensões dos bancários).

Em 15 (noturna) levanta questão de ordem quanto ao número existente no recinto para início das votações. Na mesma sessão encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado

minha a votação de emenda ao projeto dos sargentos.

Em 19 encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954 (reajusta aposentadoria dos bancários); mais adiante, faz declarações de voto a respeito do mesmo projeto. Ainda nesta sessão congratula-se com a imprensa pelo aniversário do vespertino "A Noite".

Em 21 encaminha votação do Projeto de Lei do Senado n.º 11-53 (estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga).

Em 22 ouve ser o da Secretaria do Senado Federal. Na mesma sessão, encaminha votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 105-54 (regula a situação dos extranumerários da União).

Em 23 (noturna) fala a respeito do Requerimento n.º 21-54, que pede inserção em ata de voto de registro ao Governo dos Estados Unidos da América do Norte, pelo lançamento ao mar do primeiro submarino movido a força atômica.

Nestor Massena:

Em 5 desenvolve considerações sobre projeto de lei de sua autoria, relativo à competência para fixação do salário mínimo.

Em 6 desenvolve considerações, inicialmente, sobre projeto de lei de sua autoria que regula a competência para a fixação do salário mínimo e, depois, sobre mensagem do Sr. Governador de Minas Gerais à Assembleia Legislativa daquele Estado.

Em 13 faz referências a termo usado em discurso anterior, com respeito ao seu colega Senador Gomes de Oliveira, dando explicações a propósito do ocorrido.

Em 15 (noturna) fala a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 42-54 (dispe sobre a fixação do salário mínimo).

Em 19 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Serviço Público Civil, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 (reajusta aposentadoria dos bancários). Na mesma sessão, encaminha votação de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 42-54 (fixação do salário mínimo).

Em 20 encaminha votação de emenda ao Projeto de Lei do salário mínimo.

Em 21 encaminha votação do Projeto de Resolução n.º 37-54 (aposentadoria do Senador Alfredo Neves).

Em 22 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Serviço Público Civil, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 105-54 (estabilidade do pessoal extranumerário da União).

Em 23 (noturna) desenvolve considerações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 130-54 (anistia de dívidas aos pecuaristas).

Novais Filho:

Em 6 associa-se, em nome do Partido Libertador, às manifestações de pesar pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, Diretor do Correio da Manhã. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 22 trata do pagamento das cotas partes do imposto de renda devidas aos municípios.

Em 30 trata da situação de dificuldades que atravessa a lavoura canavieira a propósito do pretendido aumento do açúcar.

Onofre Gomes:

Em 2 (noturna) desenvolve considerações sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53 (projeto dos sargentos).

Em 5 ocorre-se ainda do Projeto dos sargentos.

Em 8 localiza o problema do transporte da produção cearense.

Em 13 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53 (projeto dos sargentos).

Em 14 desenvolve considerações sobre o mesmo projeto dos sargentos.

Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao referido projeto

Em 15 (noturna) encaminha votação de emenda ainda ao Projeto dos sargentos.

Em 20 refere-se ao pagamento das cotas do Imposto de Renda devidas aos municípios.

Othon Mader:

Em 2 expõe seu ponto de vista a respeito do Projeto dos Médicos.

Em 5 fala a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52 (carreira de Oficial Legislativo do Senado).

Em 6 continua encaminhando votação de emendas ao Projeto de Resolução n.º 6-52.

Em 14 encaminha a votação da emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53 (projeto dos sargentos).

Em 15 (noturna) refere-se a ato do Sr. Presidente da República, relativo à constituição da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café.

Na mesma sessão, fala para opinar pela rejeição do Projeto de Resolução número 39-54, por inoportuno. Ainda nesta sessão, emite parecer verbal, em nome da Comissão de Transportes, a respeito do Projeto de Lei da Câmara 129-52 (crédito para reconstrução de barragem da Pampulha).

Em 20 fala a respeito do Requerimento n.º 374-53, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 130-54 (modifica lei que dispõe sobre a forma de pagamento de dívidas aos criadores e recriadores de gado bovino).

Em 21 encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado n.º 11-53 (estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga).

Em 22 analisa as atividades da SAPS.

Em 23 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 130-54 (pagamento de dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino). Na mesma sessão, dá parecer verbal, em nome da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 3-54 (cria Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco).

Em 23 (noturna) fala a respeito do Requerimento n.º 200-54, que pede inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Dien Phu.

Em 26 comenta declarações do Senhor Ministro da Fazenda confirmando declarações anteriores de que pretende a extinção da COFAP. Na mesma sessão, encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara número 221-52 (que modifica artigos e parágrafos do Decreto-lei que institui o salário-família).

Em 27 volta a fazer comentários em torno da extinção da COFAP.

Ruy Carneiro:

Em 30 defende o Sr. Luis Correia Diretor do SAPS, de críticas feitas pelo Senador Othon Mader.

Vivaldo Lima:

Em 26 relata a atuação da delegação brasileira à Reunião da Cruz Vermelha, realizada em Oslo.

Em 27 volta a falar sobre a Reunião da Cruz Vermelha Brasileira, realizada em Oslo.

Valdemar Pedrosa:

Em 23 assinala o aniversário do movimento revolucionário de 23 de julho de 1924 no Amazonas.

Vitor Francisco:

Em 7 congratula-se com o Sr. Presidente da República por haver Sua Ex.ª escolhido o Sr. Edgar do Rego Santos para a Pasta da Educação.

Resenha das matérias votadas no mês de Julho

A Sanção:

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e das outras providências.

Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954 (n.º 1.009, de 1953, na casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Ministério Militar.

Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei número 1.937, de 10 de agosto de 1935 (que reajustou os vencimentos de capos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 872, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários.

Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade.

Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,90, para pagamento de salários ao engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca.

Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1954 (n.º 3.605, de 1953, na casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.787,00 para atender as despesas resultantes do cumprimento do mandado de segurança concedido pelo Supremo Tribunal Federal em 17-10-52 em favor de Pedro Mariano Serra e outros, a fim de permanecerem como professores em comissão, com os vencimentos que vinham percebendo, correspondentes ao padrão "O".

Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954 (n.º 1.713-52 na Casa de Origem), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe o foro das causas em que as autarquias forem autoras.

Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera disposições da Lei n.º 1.316, de 20-1-51. (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.729, de 10-11-52, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado a reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.

A Promulgação

Projeto de Decreto Legislativo número 84, de 1953, que autoriza o Tribunal de Contas e determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento

de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luis Fernandes & Companhia Limitada.

Projeto de Decreto Legislativo número 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Móda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Projeto de Decreto Legislativo número 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco-oeste entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Projeto de Decreto Legislativo número 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Maria Augusta Assunção de Oliveira, para fins de irrigação.

Projeto de Decreto Legislativo número 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua esposa, Marcelina de Arêa Leão Melo, para regular a execução e o pagamento das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Projeto de Decreto Legislativo número 66, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuario de Cáceres, e instalação de máquinas no Posto de Leverger, naquele Estado.

Projeto de Decreto Legislativo número 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação, no Posto Agro-Pecuario de Rosário-Oeste, no mesmo Estado.

Projeto de Decreto Legislativo número 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Projeto de Decreto Legislativo número 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima, para desempenhar a Serviço Nacional de Pesquisas Agro-nômicas.

Projeto de Decreto Legislativo número 107, de 1953, que aprova os termos do acordo e aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal, naquele Estado.

Projeto de Decreto Legislativo número 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos irmãos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Projeto de Decreto Legislativo número 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua

mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Penha", situada no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Projeto de Decreto Legislativo número 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronília Maria da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade agrícola, no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Projeto de Decreto Legislativo número 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira, para o fim de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, denominada "Penha", situada no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Projeto de Decreto Legislativo número 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, visando a administração e exploração da rede de armazéns existentes no mencionado Estado, para a preservação das safras de cereais.

Projeto de Decreto Legislativo número 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução de obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1943.

Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Projeto de Resolução n.º 1, de 1954, que altera o Regimento Interno do Senado, com a inclusão de mais um parágrafo (5.º) ao artigo 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede exoneração a Hércules de Macedo Rocha, do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado.

Projeto de Resolução n.º 29, de 1954, que concede permissão ao Diretor de Serviço do Senado para aceitar bolsa de estudos que lhe foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica.

Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida do representante do grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar a comparecer à reunião anual do aludido órgão e dá outras providências.

Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor Geral da Secretaria do Senado.

A Câmara

Projeto de Lei da Câmara n.º 496, de 1949, que concede à empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capeiro.

Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Loide Brasileiro.

Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Exe-

cutivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.

Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exibição da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pelas empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1953, que modifica os §§ 4.º e 5.º, do artigo 524, da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a eleições para cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos.

Projeto de Lei da Câmara n.º 175, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.

Projeto de Lei n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba 1, do Anexo n.º 19, do Orçamento da União.

Projeto de Lei da Câmara número 43, de 1954 que reajusta a aposentadoria e a pensão dos bancários e dos demais segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Projeto de Lei da Câmara número 123, de 1953, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Projeto de Lei da Câmara número 248, de 1953, que modifica o artigo 180 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Projeto de Lei da Câmara número 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Projeto de Lei da Câmara número 363, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 310, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1943, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e abre, ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00, em reforço de dotações do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Projeto de Decreto Legislativo número 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação, de terras às margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Projeto de Lei da Câmara número 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram de campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão Seção ou equivalente, os benefícios da Lei número 1.732, de 24 de dezembro de 1952, que assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço na última guerra e dá outras providências.

Projeto de Lei do Senado número 49, de 1951, que dispõe sobre pensão-dadoria e pensões dos Institutos e Caixas.

Projeto de Lei do Senado número 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Loide Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Projeto de Lei da Câmara número 340, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis números 3.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1943, que concedem vantagens aos militares da F.E.B.

Projeto de Lei da Câmara número 377, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Projeto de Lei do Senado número 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção dejangadas.

Projeto de Lei do Senado número 22, de 1954, que dispõe sobre o Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado.

Projeto de Decreto Legislativo número 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação vigente.

Aprovadas:

Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações no Estado de Minas Gerais.

Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência nos termos do art. 155, parágrafo 3.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1-3-54 que reajusta a aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Requerimento n.º 320, de 1954, do Sr. Valdemar Pedrosa e outros Srs. Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado da Conferência proferida em 24-6-54, pelo Sr. Celso Filho na Escola Superior de Guerra.

Requerimento n.º 321, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 365 de 1949, que dispõe sobre seguros de Renda Imobiliária.

Requerimento n.º 324, de 1953, do Sr. Hamilton Nogueira e mais 37 Srs. Senadores, solicitando inserção nos Anais da Organização das Nações Unidas contra perseguição sofrida por sacerdotes e civis, nos países situados por trás da cortina de ferro.

Requerimento n.º 325, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senadores, pedindo urgência nos termos do artigo 155 parágrafo 3.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 42 de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

Requerimento n.º 336 de 1954 do Senhor Bernardes Filho e outros Senhores Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, parágrafo 4.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129 de 1954 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pombal, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Requerimento n.º 22º do Sr. Senador Celso Vivas e outros Senhores Senadores, pedindo urgência nos termos do artigo 155 parágrafo 3.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 375 de 1953 que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Requerimento n.º 341, de 1954, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 359 de 1953 que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 3.794 e 8.795 de 23 de Janeiro de 1946 que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Requerimento n.º 349 de 1954 do Senhor Luis Tinoco e outros Senhores Senadores, solicitando urgência nos termos do artigo 155, parágrafo 3.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23 de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Loide Brasileiro (Patrimônio Nacional).

Requerimento n.º 360 de 1954 do Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90 letra a do Regimento Interno do Projeto de Resolução n.º 27 de 1953 que autoriza a ida de Setembarlamentar e dá outras providências.

Requerimento n.º 364, de 1954 do Sr. Hamilton Nogueira, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional do Partido Republicano e do Partido Libertador.

Requerimento n.º 369 de 1954, do Sr. Senador Cicero de Vasconcelos nos termos do art. 90 letra a do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 17 de 1954 que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Requerimento n.º 371 de 1954 do Sr. Alfredo Simch e outros Senhores Senadores, pedindo urgência nos termos do art. 155 parágrafo 3.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 105-54 que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

Requerimento n.º 372 de 1954, do Sr. Senador Dair Banderio, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90 letra a do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria na Justiça do Trabalho Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco e dá outras providências.

Requerimento n.º 320 de 1954 do Sr. Senador Esmeraldo de Farias, solicitando a designação de uma Comissão de três membros para visitar, em nome do Senado Federal, o Subor General do Exército Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Requerimento n.º 388, de 1954 do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para visitar em nome do Senado o Sr. Ministro Tavares de Lima, por motivo de acidente que sofreu.

Requerimento n.º 390 do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90 letra a do Regimento Interno do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954 que restitua direitos dos alunos praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Requerimento n.º 391 de 1954, do Sr. Senador Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo a inclusão em Ordem do Dia nos termos do artigo 90 letra a do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 116 de 1954 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para pagamento no corrente exercício de subsídios, a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis números 2.136 de 23-11-53 e 2.154, de 30-12-53.

Requerimento n.º 395 de 1954, do Sr. Senador Francisco Gallotti pedindo a nomeação de uma Comissão de três membros para representar o Senado na reunião da Conferência Mundial da Energia a realizar-se em Petrópolis de 25 de julho a 10 de agosto do ano em curso.

Requerimento n.º 398 de 1954 do Senhor Senador Mozart Lago solicitando inclusão em Ordem do Dia nos termos do artigo 90 letra a do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 113 de 1954 que torna extinto o abono de emergência aos servidores da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimento e Preços.

Rejeitadas:

Projeto de Lei do Senado n.º 11 de 1953 que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça sob n.º 495 de 1954; da Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas sob n.º 496, de 1954.

Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de previdência social. Parecer n.º 534 de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade.

Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência, nos termos do artigo 155 parágrafo 3º do Regimento Interno em virtude do Requerimento n.º 325, de 1954

do Sr. Othon Mader e outros Senhores Senadores, aprovado na sessão de 9-7-54) tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade do projeto e contrário a emenda n.º 1 e favorável a de n.º 2.

Projeto de Lei da Câmara n.º 221 de 1952, que modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei número 5.976 de 10 de novembro de 1943 em referência ao salário-família.

Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas localizadas na Capital do Estado de São Paulo.

Projeto de Decreto Legislativo número 41, de 1592, originário da Câ-

mara dos Deputados que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid entre o Brasil e a Espanha.

Projeto de Decreto Legislativo número 111 de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Herculio de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado.

Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projeto de Resolução n.º 39 de 1954 que autoriza a Comissão de Transporte e Comunicações a participar por dois de seus membros no VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem a realizar-se em Caracas.